



Framework de Financiamento Sustentável do Banco do Nordeste

Coordenação:

Célula de Estratégias de Sustentabilidade
Ambiente de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
Superintendência de Políticas de Desenvolvimento Sustentável

Aprovação:

Diretoria Executiva

Elaboração com apoio do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Consultoria Técnica HPL.LLC Sustainable Finance Advisory

Acrônimos

ALC		América Latina e Caribe
AFD		Agência Francesa de Desenvolvimento
APLMA		<i>Asian Pacific Loan Market Association</i> Associação do Mercado de Empréstimos da Ásia-Pacífico
ASG		Ambiental, Social e de Governança
BNB		Banco do Nordeste do Brasil
BNDES		Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR		Cadastro Ambiental Rural
CNA		Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
COMAC		Comitê de Concessão e Administração de Crédito
DAP		Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMBRAPA		Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETENE		Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FDNE		Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FNE		Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNDECI		Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação
GBP		<i>Green Bond Principles</i> Princípios para Títulos Verdes
GEE		Gases de Efeito Estufa
GLP		<i>Green Loan Principles</i> Princípios para Empréstimos Verdes
GSTC		<i>Global Sustainable Tourism Council</i> Conselho Global de Turismo Sustentável
ICMA		<i>International Capital Markets Association</i> Associação Internacional de Mercado de Capitais
IDH		Índice de Desenvolvimento Humano

LMA		<i>Loan Market Association</i> Associação de Mercado de Empréstimos
LSTA		<i>Loan Syndications and Trading Association</i> Associação de Comércio e Sindicatos de Empréstimos
MAPA		Ministério da Agricultura e Pecuária
MIDR		Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
MPME		Micro, Pequena e Média Empresa
ODS		Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PME		Pequena e Média Empresa
PNAD		Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDR		Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNRA		Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF		Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRSAC		Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática
RAS		Declaração de Apetite por Riscos
ROB		Receita Operacional Bruta
RSAC		Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos
SBG		<i>Sustainability Bond Guidelines</i> Diretrizes para Títulos de Sustentabilidade
SBP		<i>Social Bond Principles</i> Princípios para Títulos Sociais
SLP		<i>Social Loan Principles</i> Princípios para Empréstimos Sociais
SPO		<i>Second Party Opinion</i> Opinião de Segunda Parte
SUDENE		Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS		Sistema Único de Saúde
VLT		Veículo Leve sobre Trilhos

Sumário

1. Introdução	06
1.1 Sobre o BNB	06
1.2 Estratégia de Sustentabilidade do BNB	07
1.3 Objetivos do Financiamento Sustentável	10
2. Framework Sustentável	13
2.1 Uso dos Recursos	14
2.2 Processo de Avaliação e Seleção de Créditos	25
2.2.1 Avaliação e Seleção de Créditos	25
2.2.2 Gerenciamento de Risco Social, Ambiental e Climático	26
2.2.3 Critérios de Exclusão	28
2.3 Gestão dos Recursos	28
2.4 Relatório	29
2.4.1 Alocação dos Recursos	29
2.4.2 Impacto dos Recursos	30
2.5 Avaliação externa	34
Anexo 1: ODS	35
Anexo 2: Manual de Salvaguardas do BNB	38
Anexo 3: Metodologia de cálculo dos indicadores	39

1. Introdução

1.1 Sobre o BNB

A missão do Banco do Nordeste do Brasil S.A, (“o Banco”, “BNB”) é atuar como o banco de desenvolvimento da Região Nordeste do país, sendo o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina. Além dos nove estados que compõem a região nordeste, também atua em parte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O BNB foi criado pela Lei Federal Nº 1.649, em julho de 1952, e com mais de 70 anos de história, mantém a liderança na aplicação de recursos de longo prazo e de crédito rural nos municípios de sua área de atuação.¹

O Banco do Nordeste aplica e capta recursos em sua área de atuação orientado para três pilares: produtor, consumidor e estruturador, oferecendo financiamentos de curto e longo prazo, microcrédito urbano (Crediamigo) e rural (Agroamigo), crédito especializado, crédito comercial, comércio exterior e câmbio, mercado de capitais, captação e gestão de recursos, entre outros serviços bancários. O BNB dispõe de produtos e serviços para pessoas físicas, pessoas jurídicas e governo^{2,3}, está presente em 2.074 municípios e tem mais de 5,7 milhões de clientes.⁴ Os recursos disponibilizados são destinados principalmente para áreas estratégicas como infraestrutura, agronegócio e energia. Além disso, o BNB conta com o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), encarregado de elaborar, promover e difundir estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e avaliar políticas e programas institucionais sobre a região, subsidiando as ações do Banco e da sociedade na busca do desenvolvimento regional sustentável.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é a principal fonte de financiamento do Banco para impulsionar empreendimentos produtivos e políticas públicas que têm um impacto positivo nas comunidades urbanas e rurais do Nordeste. Sua abordagem inclui a concessão de crédito e o incentivo ao desenvolvimento, visando apoiar e fortalecer a região. Sendo o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para o Nordeste, o FNE possui diversos programas de financiamento, como exemplo, o programa FNE Verde que, com sua linha FNE Sol financia projetos de micro e minigeração distribuída de energia por fontes renováveis. Os recursos do FNE seguem uma regulamentação específica, na qual o BNB atua na elaboração da programação anual de aplicação, de forma participativa, em conjunto com a SUDENE e o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR). Esse processo também conta com a colaboração de representantes dos setores produtivos, dos órgãos de apoio e das entidades governamentais nos estados da área de atuação do Fundo.⁵

1 Lei Federal nº 1649 de 19.07.1952. Disponível online [aqui](#).

2 Dos segmentos de MPE, MEI, Empresarial, *Corporate*, Agronegócio, Pequeno e Miniprodutor Rural, Agricultura Familiar, Microempreendedor Rural e Microempreendedor Urbano, Pessoa Física, Governo.

3 BNB (2022). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível online [aqui](#).

4 BNB (2023). *Apresentação Corporativa*.

5 BNB (2023). *Apresentação Corporativa*.

1.2 Estratégia de Sustentabilidade do BNB

O BNB é um banco de desenvolvimento comprometido com o bem-estar social e o impacto positivo no meio ambiente. Sua estratégia de sustentabilidade integra a visão, missão e valores do Banco, ligados intrinsecamente com o conceito ASG - ambiental, social e de governança.⁶ Em conjunto, esses conceitos e estratégias refletem-se em orientações que vão além dos aspectos econômicos e financeiros.

Durante 2022, o BNB desenvolveu uma estratégia corporativa ASG que foi o resultado do amadurecimento institucional e da jornada que vem seguindo para se tornar um banco cada vez mais sustentável.⁷ A concretização de uma estratégia de sustentabilidade reforça o propósito do Banco e reflete o esforço dedicado à integração de um plano que lhe permita operar de forma responsável e benéfica para a sociedade e o meio ambiente. A estratégia de sustentabilidade do BNB está baseada em dois eixos de atuação. O primeiro concentra-se no apoio à sustentabilidade social e ambiental e à transição para uma economia de baixo carbono. O segundo consiste em operar empresarialmente de forma ecoeficiente e socialmente responsável.⁸

Além disso, sua estratégia é orientada pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que consiste em um conjunto de princípios e diretrizes orientadores de natureza social, ambiental e climática que devem estar presentes nas atividades, nos negócios e nos processos do Banco. Os princípios pelos quais o Banco é regido destacam seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável, o respeito à diversidade, equidade e à inclusão, gestão ecoeficiente e sociambientalmente responsável, o apoio à transição para uma economia de baixo carbono e a contribuição positiva de seus produtos e serviços para a sociedade e para o meio ambiente.⁹

Nesse sentido, foram estabelecidas dez linhas de ação, definindo indicadores, resultados esperados e objetivos com base no impacto e na viabilidade de sua realização.¹⁰ Cada uma delas está alinhada com metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, como ilustrados na Figura 1.

6 BNB (2022). *Estratégia ASG 2022. Resumo executivo.*

7 BNB (2022). *Estratégia ASG 2022. Resumo executivo.*

8 BNB (s.d.). *Estratégia ASG.* Disponível online [aqui](#).

9 BNB (s.d.). *Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).* Disponível online [aqui](#).

10 BNB (2022). *Estratégia ASG 2022. Resumo executivo.*

Figura 1. Linhas de ação e os ODS associados com a estratégia ASG do BNB

Linha de Ação	Foco	ODS
Crédito de impacto positivo	Apoiar setores da economia que contribuam positivamente em aspectos de natureza social, ambiental e climática.	  
Inclusão social e inserção positiva	Apoiar a inclusão financeira e produtiva bem como contribuir para a inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade.	   
Geração de energia por fontes renováveis	Fomentar o uso de fontes renováveis para geração de energia elétrica, em especial energia solar e eólica.	 
Agricultura familiar e agronegócio sustentável	Financiar a agricultura familiar e agropecuária sustentável.	   
Ecoeficiência e responsabilidade social e ambiental	Adotar uso racional e sustentável dos recursos.	 
Desenvolvimento territorial e espacialmente distribuído	Financiar atividades produtivas e investimentos para redução de desigualdades inter-regionais.	
Tecnologia, inovação e pesquisa	Incentivar a inovação, pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico.	
Gestão socialmente responsável	Proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional dos funcionários, promover ambiente de trabalho saudável e inclusivo.	   
Acesso a água saneamento	Financiar o acesso à água e ao saneamento.	
Governança integridade e transparência	Operar com base em princípios éticos, legais, de integridade e de transparência.	 

De forma geral, essas dez linhas de ação concentram-se na necessidade de financiar projetos e apoiar os setores econômicos da região por meio da inclusão financeira e da promoção de práticas sustentáveis e benéficas. Por sua vez, o Banco definiu a aplicação de recursos para cada uma das linhas sob coordenação da Diretoria Executiva e do Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital do Banco.

Em nível estratégico, o BNB definiu um plano de desenvolvimento regional para o período de 2023 a 2032, seguindo um modelo baseado na metodologia de gestão para resultados, dividido em três eixos principais: estratégico, tático e operacional.¹¹ O mapa ilustrado na Figura 2 representa uma visão gráfica da estratégia do banco que considera insumos, atividades, produtos, resultados e impactos que direcionam os projetos e as ações do banco.

Figura 2. Mapa Estratégico do BNB



O modelo pretende que os resultados se reflitam em mudanças regionais significativas se materializando em transformações positivas para a sociedade e para o meio ambiente.

O BNB manifesta seu compromisso com o desenvolvimento sustentável de sua área de atuação, por meio de sua estratégia de sustentabilidade e dos produtos e serviços que oferece. O propósito de transformar a região por meio do desenvolvimento sustentável levou o banco a buscar o financiamento de projetos com impacto social e ambiental positivo por meio de captações/emissões sustentáveis. Nesse sentido, o desenvolvimento de um Framework de Financiamento Sustentável reforça e agrega valor à estratégia e às ações que o BNB tem implementado visando ao cumprimento de sua Missão Institucional.

11 BNB (2023). *Planejamento Empresarial*. Disponível online [aqui](#).

1.3 Objetivos do Financiamento Sustentável

O BNB é um banco que atende a vários setores da economia da região. Os recursos externos, como do FNE e de outras fontes, têm ajudado a financiar projetos que agregam valor para a economia, para as pessoas e para o meio ambiente, como acesso ao microcrédito, acesso à água e ao desenvolvimento de sistemas de geração e utilização de energia de fontes renováveis. Atualmente, o BNB recebe uma demanda duas vezes superior à capacidade de contratações via o FNE, particularmente no setor energético.¹² Devido a sua relevância regional, o BNB precisa de outras fontes de recursos para continuar o desenvolvimento de projetos com impacto socioambiental positivo.

Os títulos e empréstimos sustentáveis são instrumentos financeiros que ajudam a captar e concentrar recursos em projetos que têm um impacto positivo no meio ambiente e na sociedade, promovendo a sustentabilidade, impulsionando o crescimento econômico, melhorando a qualidade de vida e fortalecendo comunidades. Os instrumentos de financiamento sustentável são meios que possibilitam ao BNB continuar o trabalho que realiza no âmbito do desenvolvimento regional sustentável, tanto na área social, como ambiental, e expandi-lo ainda mais.

Nesse contexto, o BNB desenvolveu este Framework de Financiamento Sustentável (o “Framework”) para a emissão/captação de títulos ou empréstimos verdes, sociais e/ou sustentáveis, com o objetivo de canalizar recursos para investimentos que contribuam para o cumprimento dos objetivos ambientais e sociais na região, proteção ambiental, resiliência às mudanças climáticas, redução da pobreza e outras desigualdades e, em geral, para cobrir as demandas existentes nos diferentes setores que atende. O objetivo é traçar um caminho sustentável alinhado com as melhores práticas, bem como com os compromissos assumidos em acordos ambientais e sociais internacionais, incluindo principalmente o Acordo de Paris e os ODS.

O Framework se integra a esta estratégia, visando sistematizar sua abordagem do tema, objetivar seus indicadores de impacto e preparar o Banco para captar recursos que possam ampliar sua capacidade de investimento nas linhas de ação de sua estratégia de sustentabilidade, tendo em vista atender às necessidades e oportunidades de sua área de atuação. O Framework destaca os usos de recursos alinhados com sete categorias ambientais (agricultura sustentável, conservação da biodiversidade terrestre e aquática, eficiência energética, energia renovável, indústria verde, gestão sustentável de resíduos sólidos e saneamento, e transporte limpo) e cinco categorias sociais (acesso a serviços essenciais, inclusão financeira, inclusão de gênero, segurança alimentar e turismo sustentável).

O Banco já conta com uma vasta experiência em relação a financiar projetos com impacto positivo de natureza ambiental e social. Em 2022, o BNB ofereceu cerca de 64% de todos os seus financiamentos a setores que têm um impacto positivo na sociedade, no clima e no meio ambiente.¹³

¹² BID (2023). *Banco do Nordeste: Demanda supera em duas vezes as contratações do FNE*. Disponível online [aqui](#).

¹³ BNB (2022). *Estratégia ASG 2022. Resumo executivo*.

No âmbito do meio ambiente, o BNB visa financiar negócios e ações que promovam a preservação, conservação, controle e recuperação ambiental, tendo como foco a sustentabilidade e competitividade de empresas e cadeias produtivas, especialmente através do programa FNE Verde. O FNE Verde pode ser aplicado em investimento rural e não-rural, aquisição de bens de capital, implantação, modernização, realocação ou ampliação de empreendimentos¹⁴.

No meio rural, o programa é destinado para investimento em projetos de conservação e recuperação ambiental, especialmente para a região do semiárido, recuperação de áreas degradadas e vegetação nativa e o fomento de atividades sustentáveis da agricultura de baixo carbono, como os sistemas de integração entre lavoura, floresta e pecuária, sistemas agroflorestais, entre outros.¹⁵ Também contempla a adoção de sistemas e tecnologias de transição para aumento da resiliência e adaptação às mudanças climáticas, adoção do uso de energias renováveis, prevenção de desertificação e arenização no meio rural. Em setores não-rurais, financia projetos de energias renováveis e eficiência energética, controle e prevenção de poluição, degradação ambiental, redução de emissão de GEE, eficiência no uso de materiais, planejamento e gestão ambiental, adequação às exigências legais, saneamento básico, elaboração de inventários de carbono e a emissão de créditos de carbono.

O BNB oferece financiamento para energias renováveis a fim de transformar a matriz energética da região dentro dos programas do FNE (FNE Verde e FNE Sol), e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (o Pronaf Bioeconomia e Pronaf Agroindústria). As fontes de energia renovável representam 83,6% da matriz de geração de energia elétrica brasileira,¹⁶ e em particular, a região nordeste tem o maior potencial de geração de energia através de fontes renováveis no país, sendo que 82,3% da energia solar e eólica produzida no país são oriundas dessa região.¹⁷ Entre 2019 e 2023, foram aplicados mais de R\$25 bilhões em créditos para energia renovável.¹⁸ Para o ano de 2023, o BNB anunciou a disponibilidade de R\$10 bilhões para investimentos em energia renovável, voltados para projetos de energia eólica e solar, provenientes do FNE, do FI-Infra, da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).¹⁹

No âmbito social, através de seus programas de microcrédito para empreendedores urbanos e rurais, Crediamigo e Agroamigo, respectivamente, o BNB tem promovido a inclusão financeira chegando em 2022 a cerca de 3,5 milhões de clientes ativos.²⁰ Ambos os programas consolidaram a posição do Banco do Nordeste como o maior fornecedor de microcrédito produtivo e orientado da América Latina.

14 BNB (2023). *Programação Regional FNE 2023*. Disponível online [aqui](#).

15 BNB (2023). *Programação Regional FNE 2023*. Disponível online [aqui](#).

16 Ministério de Minas e Energia (2023). *Primeiro semestre de 2023 tem crescimento de 5,1 GW na matriz elétrica brasileira*. Disponível online [aqui](#).

17 Folha de São Paulo (2023). *Energia limpa pode levar desenvolvimento verde ao Nordeste*. Disponível online [aqui](#).

18 BNB (2023) *Banco do Nordeste aplicou mais de R\$25 bilhões em energia renovável em quatro anos*. Disponível online [aqui](#).

19 BNB (junho, 2023). *BNB disponibiliza R\$10 bilhões para projetos de energia renovável em 2023*. Disponível online [aqui](#).

20 Relatórios e Resultados do Agroamigo e do Crediamigo, disponíveis online [aqui](#).

O programa de microcrédito urbano - Crediamigo tem como diferencial o crédito produtivo orientado e o acompanhamento nas comunidades, fomentando o relacionamento direto com o empreendedor local. Um estudo do ETENE identificou que os clientes do programa obtiveram melhoria tanto nas rendas quanto nos lucros, melhoria nos níveis de estruturação dos negócios e na percepção dos empreendedores sobre a capacidade de administração. Além disso, na análise do perfil da base de dados dos clientes, identificou-se que há maior número de clientes mulheres, com idades entre 25 e 44 anos, proporcionando empoderamento e independência financeira às mulheres.²¹ Em termos de impacto econômico, a estimativa do BNB e do ETENE é de que as contratações do programa podem ter gerado ou mantido 568,3 mil empregos e movimentado cerca de R\$ 27,4 bilhões na economia em 2022.²² Em termos de fortalecer a inclusão de gênero, em 2021, foi lançada a linha de crédito Crediamigo Delas voltada ao público feminino para financiar atividades produtivas para mulheres empreendedoras.²³ Somente no primeiro ano, foram registradas 380 mil operações e ofertado mais de R\$1 bilhão em crédito nessa linha. Em janeiro de 2023, as mulheres representavam 68% dos clientes do programa Crediamigo.²⁴

O programa de microcrédito rural - Agroamigo foi criado em 2005 com o propósito de melhorar a qualidade de vida do meio rural na área de atuação do Banco do Nordeste, sendo que 75% dos créditos atendem à região do semiárido.²⁵ Segundo os clientes, 69% buscaram o programa para melhorar a atividade rural e 30% para melhorar a renda. Dentro do programa, existem linhas voltadas para energia solar fotovoltaica, o Agroamigo Sol, para levar conectividade ao meio rural possibilitando acesso e inclusão digital, o Agroamigo Net, e ainda, acesso à água com o Agroamigo Água. Em 2022, foram realizadas 31.075 operações para fortalecimento de estruturas hídricas no meio rural, promovendo acesso à água de qualidade para consumo humano e produtivo. Além disso, 48% dos clientes são mulheres.²⁶

Em termos de produção de alimentos por meio da agricultura familiar, o BNB tem se dedicado a apoiar a segurança alimentar tendo destinado R\$4,7 bilhões em crédito em 2022.²⁷ Existem linhas de financiamento através do Pronaf e do FNE que fomentam a produção alimentar, além de linhas direcionadas ao semiárido que promovem a sustentabilidade dos agroecossistemas através de infraestrutura hídrica, especificamente o Pronaf semiárido, o FNE Verde com linhas de incentivo à produção agroecológica e o Agroamigo.

O BNB apoia, além do crédito, a capacitação técnica para os agricultores, por exemplo, por meio da parceira com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)²⁸ e o aplicativo BNB Agro e outros instrumentos.²⁹

21 ETENE, Cunha Junior et al. (2022). *Programa Crediamigo: uma análise descritiva dos clientes ativos em 2021*. Disponível online [aqui](#).

22 BNB (2022). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível online [aqui](#).

23 BNB (2022). *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível online [aqui](#).

24 BNB (2023). *Apresentação Corporativa*.

25 BNB (2022). *Agroamigo Relatório 2022*. Programa de Micro finança Rural do Banco do Nordeste.

26 BNB (2022). *Agroamigo Relatório 2022*. Programa de Micro finança Rural do Banco do Nordeste.

27 BNB (2022). *Agroamigo Relatório 2022*. Programa de Micro finança Rural do Banco do Nordeste.

28 BNB (2022). *Aplicativo do BNB leva crédito e cursos de formação a 1,7 milhão de produtores rurais*. Disponível online [aqui](#).

29 BNB (2022). *Programa de Aceleração da Agricultura Familiar - Edital Fundeci*. Disponível online [aqui](#).

Outro exemplo de sua ação desenvolvimentista em apoio aos empreendedores da região para além do crédito, é o Programa de Desenvolvimento Territorial (PRODETER), que incorpora um conjunto de estratégias com objetivo de potencializar a competitividade das atividades produtivas regionais, como a construção e implementação de plano de ação e dotação orçamentária para financiamentos, o fortalecimento da governança por meio de comitês gestores locais e territoriais, além da integração das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento local e territorial. Outro é o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (FUNDECI), voltado ao apoio a realização de projetos de pesquisa, difusão tecnológica e projetos de inovação, com vistas ao desenvolvimento, adaptação ou aperfeiçoamento de produtos e processos de interesse para o setor produtivo da região por entender que a informação e o conhecimento, juntamente com a capacidade empreendedora e a infraestrutura econômica e social, constituem-se em ferramentas essenciais ao desenvolvimento.

Por ser um banco voltado para o desenvolvimento da região, a sustentabilidade é uma questão importante e estratégica para o BNB. Através dos recursos provenientes das captações/emissões verdes, sociais, e/ou sustentáveis, o Banco terá a oportunidade de fortalecer sua carteira social e ambiental para financiar projetos que continuem a beneficiar setores da sociedade e da economia e que também gerem um impacto ambiental positivo. As categorias elegíveis apresentadas neste framework são derivadas das ações empreendidas pelo BNB, que também reforçam sua estratégia de sustentabilidade e seu compromisso com a sociedade e com o meio ambiente.

2. Framework Sustentável

O Framework está alinhado com os Princípios para Títulos Verdes³⁰ (*Green Bond Principles, GBP*), Princípios para Títulos Sociais³¹ (*Social Bond Principles, SBP*) e com as Diretrizes para Títulos de Sustentabilidade³² (*Sustainability Bond Guidelines, SBG*) da Associação Internacional de Mercado de Capitais (*International Capital Markets Association, ICMA*); bem como os Princípios de Empréstimos Verdes (*Green Loan Principles, GLP*)³³ e os Princípios de Empréstimos Sociais (*Social Loan Principles, SLP*)³⁴ publicados pela Associação de Mercado de Empréstimos (*Loan Market Association, LMA*) em conjunto com a Associação do Mercado de Empréstimos da Ásia-Pacífico (*Asian Pacific Loan Market Association, APLMA*) e a Associação de Comércio e Sindicatos de Empréstimos (*Loan Syndications and Trading Association, LSTA*).

De acordo com o Framework, o BNB pode fazer emissões de títulos temáticos (títulos verdes, sociais e sustentáveis) e captar recursos através de empréstimos verdes, sociais e sustentáveis.

30 International Capital Market Association (2021). *Green Bond Principles*. Disponível online: [aqui](#)

31 International Capital Market Association (2023). *Social Bond Principles*. Disponível online: [aqui](#)

32 International Capital Market Association (2021). *Sustainability Bond Guidelines*. Disponível online: [aqui](#)

33 LMA/APLMA/LSTA (2023). *Green Loan Principles*. Disponível online: [aqui](#)

34 LMA/APLMA/LSTA (2023). *Social Loan Principles*. Disponível online: [aqui](#)

O presente documento foi elaborado com base nos quatro eixos dos princípios da ICMA e LMA/APLMA/LSTA:

- 1) Uso dos recursos,
- 2) Processo de avaliação e seleção de créditos,
- 3) Gestão dos recursos, e
- 4) Relatórios.

2.1 Uso dos Recursos




Os recursos para os instrumentos verdes, sociais, e/ou sustentáveis do BNB serão alocados para financiar ou refinar, no todo ou em parte, linhas de créditos ou créditos / projetos ambientais ou sociais elegíveis, futuros e/ou existentes feitos pelo BNB, que atendem aos critérios de elegibilidade descritos abaixo e:

- 1) tenham sido desembolsados nos 12 meses anteriores à emissão/captação do instrumento; ou
- 2) tenham previsão de desembolso em até 24 meses após a emissão/captação do instrumento.

O BNB compromete-se a limitar a parcela de refinanciamento a um máximo de 20% e fornecer essas informações antes de cada emissão/captação aos seus investidores.

Os critérios de elegibilidade e os ODS conectados a este Framework são descritos a seguir.

Tabela 1. Critérios de Elegibilidade Ambientais

Categoria	Subcategoria	Critério de Elegibilidade	ODS	Meta do ODS ³⁵
<p>Agricultura Sustentável</p>	<p>Agricultura de Baixo Carbono</p>	<p>Financiamento de atividades agrícolas de baixo carbono³⁶ que resultem em pelo menos 20% de redução em emissões de gases de efeito estufa (GEE) e financie uma das seguintes atividades que fazem parte do Plano ABC+³⁷ do governo federal:</p>		
		<p>Recuperação de solo e restauração de investimentos em pastagens degradadas.</p>		
		<p>Sistemas integrados agropecuários-florestais e sistemas Agroflorestais: Sistemas integrados que utilizam manejo florestal sustentável, incluindo sistemas agro/lavoura-pecuária-floresta (ICLF), agropecuário (ICL), agrossilvicultura (ICF), pecuária-floresta (ILF) e agroflorestais.³⁸</p>		<p>2.3 2.4</p>
		<p>Plantio direto: financiamento de métodos de plantio direto na palha, o que evita o arado e as operações de gradagem, reduzindo a rotação do solo e a emissão de GEE. Além disso, a palha que permanece no solo promove um aumento da vida microbológica, reduzindo ainda mais as emissões.</p>		<p>6.4 15.1 15.2</p>
		<p>Fixação biológica de nitrogênio: processo de transformação do nitrogênio atmosférico em formas assimiláveis para plantas por microrganismos.</p> <p>Tratamento de dejetos animais: biodigestores e compostagem de dejetos animais, incluindo geração de energia.³⁹</p>		<p>15.3 15.a</p>



35 Ver **Anexo 1: ODS** para mais detalhes sobre cada meta.

36 Para ser elegível, o projeto deve ter 1) restrição a áreas que tiveram terras com alto estoque de carbono desmatadas após 1º de janeiro de 2010 e 2) não ocorrência de remoção de vegetação lenhosa com mais de 3 metros de altura na unidade de produção em questão após 2020.

37 Ministério da Agricultura e Pecuária (2021). *Plano setorial para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária com vistas ao desenvolvimento sustentável (2020 – 2030)*. Disponível online [aqui](#).

38 Para ser elegível, o projeto que envolva pecuária precisa ter um balanço de carbono equivalente neutro.

39 Para ser elegível, a gestão de resíduos deve atender aos seguintes requisitos: 1. Existência de plano de monitoramento e contingência para minimizar o vazamento de metano na instalação; 2. O biogás produzido seja utilizado diretamente para a produção de eletricidade ou calor, ou transformado em biometano para injeção na rede de gás natural, ou utilizado como combustível para veículos ou como matéria-prima na indústria química; 3. Os bio-resíduos utilizados para digestão anaeróbia são segregados na origem e recolhidos separadamente; 4. O digerido produzido é utilizado como fertilizante ou corretivo do solo, diretamente ou após compostagem ou qualquer outro tratamento.

Categoria	Subcategoria	Critério de Elegibilidade	ODS	Meta do ODS ³⁵
	Agricultura e Floresta Sustentável Certificada	<p>Financiamento a empresas de:</p> <p>Agricultura certificada: Produção de agricultura orgânica ou empresas agrícolas com certificações elegíveis.⁴⁰</p> <p>Produção florestal certificada: Produção florestal sustentável ou empresas florestais com certificações elegíveis.⁴¹</p> <p>Os recursos classificados nestas categorias devem ser direcionados explicitamente para as atividades certificadas.⁴²</p>		
	Irrigação Eficiente	<p>Financiamento de sistemas de irrigação por gotejamento ou sistemas de irrigação tais como irrigação pressurizada (aspersores, micro aspersores, pivô central e gotejadores), Sistemas de bombeamento com fonte renovável (solar, eólica, ou outra fonte renovável), ou monitoramento remoto e tecnologia de agricultura de precisão.⁴³ O novo sistema deve demonstrar uma redução do consumo de água de pelo menos 20% em comparação com uma linha de base ou um equipamento atualmente utilizado.</p>		
Conservação da Biodiversidade Terrestre e Aquática		<p>Financiamento a projetos e investimentos que promovam a conservação e recuperação ambiental e a convivência sustentável com o semiárido e fora do semiárido nordestino, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Restauração de ecossistemas degradados em áreas semiáridas. • Programas de reflorestamento e restauração de ecossistemas florestais degradados ou desmatados. 	 	<p>13.1</p> <p>15.1</p> <p>15.2</p> <p>15.3</p>

40 As certificações elegíveis incluem: [Better Cotton Initiative](#), [BONSUCRO](#), Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica ([IFOAM](#)), [International Sustainability and Carbon Certification \(ISCC\)](#) (Food, Bio-Based Products, Feed, Energy), [ProTerra](#), [Rainforest Alliance Standard](#), [Roundtable on Responsible Soy \(RTRS\)](#), [Roundtable on Sustainable Biomass \(RSB\)](#), [Soil Association Organic](#). Além disso, são consideradas elegíveis empresas que tem a certificação de produtos orgânicos do [Ministério da Agricultura e Pecuária](#) (MAPA) e que são incluídos dentro do [Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos](#).

41 As certificações elegíveis incluem: [Forest Stewardship Council \(FSC\)](#) ou [Program for the Endorsement of Forest Certification Systems \(PEFC\)](#).

42 Para ser elegível, o projeto deve ter 1) restrição a áreas que tiveram terras com alto estoque de carbono desmatadas após 1º de janeiro de 2010 e 2) não ocorrência de remoção de vegetação lenhosa com mais de 3 metros de altura na unidade de produção em questão após 2020.




43 Para serem elegíveis, os sistemas de irrigação não poderão ser dependentes de combustíveis fósseis.

Categoria	Subcategoria	Critério de Elegibilidade	ODS	Meta do ODS ³⁵
Energia Renovável	<p>Financiamento de projetos de construção, operação, compra e/ou instalação de sistemas de energia renovável, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Energia solar, incluindo geração distribuída e usinas centrais onde as instalações não terão mais de 15% da eletricidade gerada a partir de fontes de combustíveis fósseis. • Energia eólica, incluindo geração distribuída e usinas centrais. • Bioenergia ou produção de biocombustíveis onde se demonstra uma redução de 80% das emissões GEE em comparação com uma linha base de combustíveis fósseis e o biocombustível é obtido de uma matéria-prima sustentável com certificação^{44, 45}. • Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) com uma capacidade de geração igual ou menor a 20 MW, potência >10W/m², e para todos os projetos, deve-se realizar uma avaliação dos riscos ambientais e sociais e incorporar medidas para lidar com os riscos. • Produção de hidrogênio verde usando eletrólise alimentada por energia renovável.⁴⁶ 	 	<p>7.2</p> <p>7.b</p> <p>9.4</p>	
	Eficiência Energética	<p>Financiamento de equipamentos, incluindo projetos de iluminação pública LED, que permitam uma redução do consumo de energia de pelo menos 20% em comparação com uma linha de base ou um equipamento atualmente utilizado.</p>	 	<p>7.3</p> <p>9.4</p>

44 Exemplos de certificações são [Bonsucro](#) (açúcar), [RSB Standard](#), [RTRS](#) (soja), [Certificados a Produção ou Importação Eficiente de Biocombustíveis](#).

45 São excluídos projetos em áreas próprias ou de fornecedores projetos onde houve desmatamento ilegal.




46 Os sistemas de energia renovável devem estar alinhados com os critérios de elegibilidade estabelecidos na categoria de energia renovável deste *Framework*.

Categoria	Subcategoria	Critério de Elegibilidade	ODS	Meta do ODS ³⁵
Indústria Verde		1) Financiamento de instalações de fabricação totalmente dedicadas ao desenvolvimento de energia renovável. ⁴⁷		
		2) Financiamento de investimentos para descarbonização de processos industriais utilizando exclusivamente energias renováveis (eólica, solar, hidrogênio verde) em seus processos produtivos. O novo processo deve demonstrar uma redução mínima de emissões de GEE de pelo menos 20% em comparação com uma linha base.		7.3
		3) Financiamento de projetos para desenvolvimento de novos produtos utilizando insumos do Bioma Caatinga, garantindo a conservação da biodiversidade. ^{48,49} As comunidades locais devem estar envolvidas na cadeia de produção, com a intenção de estimular a economia local.		9.4
				15.1

47 Os sistemas de energia renovável devem estar alinhados com os critérios de elegibilidade estabelecidos na categoria de energia renovável deste *Framework*.

48 Os produtos financiados devem contar com a certificação da Union for Ethical Bio Trade ([UEBT](#)).

49 São excluídos projetos onde houve desmatamento ilegal.

Categoria	Subcategoria	Critério de Elegibilidade	ODS	Meta do ODS ³⁵
Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Saneamento	Resíduos Sólidos	<p>Financiamento de projetos de gerenciamento de resíduos que contribuem para a prevenção e o controle da poluição ambiental. Esses projetos incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades de reutilização, reciclagem e compostagem. • Instalações para tratamento de resíduos sólidos com produção de eletricidade ou calor como subproduto.⁵⁰ • Instalações para a produção de biogás a partir de resíduos verdes.⁵¹ • Incorporação da captura de gás para a geração de energia das instalações de aterros sanitários existentes e fechados⁵², financiamento do fechamento de instalações de aterros sanitários que não atendam aos requisitos ambientais, bem como a recuperação⁵³, o reflorestamento e a recuperação de instalações de aterros sanitários fechados. 	  	 <p>6.1</p> <p>6.2</p> <p>11.6</p> <p>12.5</p>

- 50 Deve atender aos seguintes critérios: (1) Eficiência da usina \geq (maior ou igual a) 25%; e (2) Recuperação de cinzas de fundo; e (3) \geq (maior ou igual a) 90% de recuperação de metal das cinzas; e (4) Intensidade média de carbono da eletricidade e/ou calor durante a vida útil da usina \leq permissão de gerenciamento de resíduos; e (5) a capacidade da usina não excede os resíduos residuais calculados em nenhum momento da vida útil da usina.
- 51 Deve atender aos seguintes critérios: (1) Emissões totais de metano \leq (menor ou igual a) 1285g CH₄/tonelada de entrada de resíduos. (2) Os resíduos lenhosos devem ser segregados antes ou depois do processamento e enviados a uma usina de compostagem ou EfW qualificada. (3) O monitoramento, a amostragem e o controle dos itens a seguir são realizados de acordo com a orientação PAS110. (4) Os produtos sólidos e líquidos não são depositados em aterros e substituem materiais que não são resíduos no mercado.
- 52 A captura de gás será maior ou igual a 75%, e os aterros sanitários não aceitarão mais resíduos (com exceção dos materiais de restauração).
- 53 O Novo Marco Legal do Saneamento Básico ([Lei 14.026 de 15 de julho de 2020](#)) estipulou prazos para o encerramento dos aterros sanitários de acordo com a capacidade populacional de cada município (até 2 de agosto de 2024).


Categoria	Subcategoria	Critério de Elegibilidade	ODS	Meta do ODS ³⁵
	Saneamento	<p>Financiamento de projetos de infraestrutura para captação, tratamento e distribuição de água potável; ampliação do sistema de abastecimento de água; diminuição de perdas de água; e o uso sustentável e eficiente da água, incluindo sistema de coleta e reúso de água; sistema de manejo e drenagem de águas pluviais. A infraestrutura deve demonstrar uma redução mínima de 20% de perda de água e/ou consumo de energia.</p> <p>Financiamento de investimento em sistemas novos ou existentes de esgoto (tratamento centralizado de águas residuais e digestão anaeróbica do tratamento de lodo) que permitam aumentar o volume de tratamento de água residual, melhorar a eficiência do sistema e/ou reduzir o consumo de água através de reutilização. A digestão anaeróbica do tratamento de lodo de esgoto é elegível desde que o vazamento de metano das instalações relevantes seja controlado por um plano de monitoramento.</p>		
Transporte Limpo	Transporte Elétrico	<p>Financiamento para aquisição de veículos elétricos ou substituição de veículos a combustão por veículos elétricos.</p> <p>Financiamento a projetos de construção, ampliação e melhoria de transporte público eletrificado como linhas de metrô, trem, veículo leve sobre trilhos (VLT), teleférico, desenvolvimento de infraestrutura pública associada.</p>		11.2
	Infraestrutura Urbana Sustentável	Financiamento de projetos para a construção, extensão e melhoria de ciclovias, passagens de pedestres e calçadas.		

Tabela 2. Critérios de Elegibilidade Sociais

Categoria	Subcategoria	Critério de Elegibilidade	ODS	Meta do ODS ⁵⁴
Acesso a Serviços Essenciais	Educação	Financiamento para a operação ou para projetos de investimento para construção, reforma, ampliação ou melhoria de infraestrutura e aquisição de materiais e insumos para estabelecimentos públicos de educação básica ⁵⁵ ou ensino técnico/profissionalizante e/ou instituições de ensino privadas básicas e superiores localizadas em municípios vulneráveis ⁵⁶ .		4.1 4.3
	Saúde	Financiamento para a operação ou para projetos de investimento para construção, reforma, ampliação ou melhoria de infraestrutura e aquisição de materiais e insumos para: <ul style="list-style-type: none"> • Unidades de saúde pública, • Unidades de saúde privadas e/ou filantrópicas que tenham convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), • Unidades de saúde privadas localizadas em municípios vulneráveis⁵⁷ do Brasil.⁵⁸ 		3.8





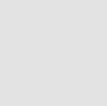
54 Ver **Anexo 1: ODS** para mais detalhes sobre cada meta.

55 A Educação Básica, a partir da [Lei de Diretrizes e Bases da Educação \(LDB - 9.394/96\)](#) inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

56 Considera-se municípios vulneráveis aqueles municípios com IDH baixo (menor a 0,55) (Fonte: [PNUD](#)) ou considerada dentro do tipologia de Baixa Renda e Baixo/Médio/Alto Dinamismo ou Média Renda e Baixo Dinamismo da Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional ([PNDR](#)).

57 Considera-se municípios vulneráveis aqueles municípios com IDH baixo (menor a 0,55) (Fonte: [PNUD](#)) ou considerada dentro do tipologia de Baixa Renda e Baixo/Médio/Alto Dinamismo ou Média Renda e Baixo Dinamismo da Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional ([PNDR](#)).

58 Exclui-se o financiamento para aquisição de veículos de combustão tradicionais (ambulâncias, helicópteros médicos e outros).

Categoria	Subcategoria	Critério de Elegibilidade	ODS	Meta do ODS ⁵⁴
Inclusão Financeira	Empréstimos Produtivos a Pessoas Físicas	Créditos produtivos ⁵⁹ a:		
		1. Pessoas físicas com atividade produtiva.		1.4
		2. Pessoas físicas com baixa escolaridade ⁶⁰ com atividade produtiva.		2.3
		3. Pessoas físicas localizadas em municípios vulneráveis ⁶¹ com atividade produtiva.		8.5
		4. Pessoas físicas - jovens ⁶² localizadas em municípios vulneráveis ⁶³ com atividade produtiva.		8.6
		5. Pessoas físicas - idosos ⁶⁴ localizadas em municípios vulneráveis ⁶⁵ com atividade produtiva.		8.b
		6. Pessoas físicas indígenas ⁶⁶ com atividade produtiva.		10.2
		7. Pessoas físicas afrodescendentes / quilombolas com atividade produtiva.		

59 Financiamento destinado a grupos de pessoas físicas com atividades produtivas, formais ou informais, que precisam de recursos para investimento empresarial, incluindo, mas não se limitando à aquisição de máquinas, equipamentos, ferramentas, materiais para suas atividades, bens, ou para renovação de equipamentos ou local de trabalho.

60 Considera-se pessoa com baixa escolaridade, as pessoas com nível educacional até o ensino fundamental ou equivalente ou ensino médio ou equivalente segundo [IBGE educa](#).

61 Considera-se municípios vulneráveis aqueles municípios com IDH baixo (menor a 0,55) (Fonte: [PNUD](#)) ou considerada dentro do tipologia de Baixa Renda e Baixo/Médio/Alto Dinamismo ou Média Renda e Baixo Dinamismo da Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional ([PNDR](#)).

62 Considera-se jovem o indivíduo entre 15 e 29 anos de idade, segundo a Estatuto da Juventude 2013, estabelecido pela [Lei Nº 12.852](#) de 5 de agosto de 2013.

63 Considera-se municípios vulneráveis aqueles municípios com IDH baixo (menor a 0,55) (Fonte: [PNUD](#)) ou considerada dentro do tipologia de Baixa Renda e Baixo/Médio/Alto Dinamismo ou Média Renda e Baixo Dinamismo da Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional ([PNDR](#)).

64 Considera-se idoso o indivíduo de 60 anos ou mais, conforme [Lei Nº 14.423](#) de 22 de julho de 2022.

65 Considera-se municípios vulneráveis aqueles municípios com IDH baixo (menor a 0,55) (Fonte: [PNUD](#)) ou considerada dentro do tipologia de Baixa Renda e Baixo/Médio/Alto Dinamismo ou Média Renda e Baixo Dinamismo da Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional ([PNDR](#)).

66 Uma pessoa indígena se refere a qualquer indivíduo de origem e ancestralidade pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional, de acordo com a [Lei nº 6.001](#), de 19 de dezembro de 1973.

Categoria	Subcategoria	Critério de Elegibilidade	ODS	Meta do ODS ⁵⁴
	Financiamento a MEI, Micro e Pequenas e Médias Empresas (MPME)	<p>Empréstimos ou outro apoio financeiro a microempreendedores individuais (MEI), micro, pequenas e médias empresas cujo uso de fundos é para capital de giro, compra de estoque ou investimento de capital e ativos fixos e que cumpram com alguma das seguintes condições:</p> <ol style="list-style-type: none"> Sejam MEI, micro e/ou pequenas empresas com receita operacional bruta (ROB) igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.⁶⁷ Sejam médias empresas com ROB igual ou inferior a R\$ 300.000.000,00 propriedade de (≥ 51% da composição acionária): <ul style="list-style-type: none"> Pessoas com baixa escolaridade⁶⁸. Jovens⁶⁹ em municípios vulneráveis⁷⁰. Idosos⁷¹ em municípios vulneráveis⁷². Indígenas⁷³ Afrodescendentes/quilombolas. Sejam médias empresas com ROB igual ou inferior a R\$ 300.000.000,00 localizados em municípios vulneráveis⁷⁴. 	  	 8.3 9.3 10.2

67 O BNB segue a classificação das micro, pequenas, médias e grandes empresas conforme o regulamento do FNE é com base na [Lei Complementar 123/2006](#): 1) Micro e mini empresa, empresas com ROB até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); 2) Pequena empresa, empresas com ROB superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais); 3) Média empresa (pequeno-médio, médio, médio I e médio II): empresas com ROB anual superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais); 5) Grande empresa: empresas com ROB anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)

68 Considera-se pessoa com baixa escolaridade, as pessoas com nível educacional até o ensino fundamental ou equivalente ou ensino médio ou equivalente segundo [IBGE educa](#).

69 Considera-se jovem o indivíduo entre 15 e 29 anos de idade, segundo a Estatuto da Juventude 2013, estabelecido pela [Lei N° 12.852](#) de 5 de agosto de 2013.

70 Considera-se municípios vulneráveis aqueles municípios com IDH baixo (menor a 0,55) (Fonte: [PNUD](#)) ou considerada dentro do tipologia de Baixa Renda e Baixo/Médio/Alto Dinamismo ou Média Renda e Baixo Dinamismo da Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional ([PNDR](#)).

71 Considera-se idoso o indivíduo de 60 anos ou mais [Lei N° 14.423](#), de 22 de julho de 2022.

72 Considera-se municípios vulneráveis aqueles municípios com IDH baixo (menor a 0,55) (Fonte: [PNUD](#)) ou considerada dentro do tipologia de Baixa Renda e Baixo/Médio/Alto Dinamismo ou Média Renda e Baixo Dinamismo da Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional ([PNDR](#)).

73 Uma pessoa indígena se refere a qualquer indivíduo de origem e ancestralidade pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional, de acordo com a [Lei n° 6.001](#), de 19 de dezembro de 1973.

74 Uma pessoa indígena se refere a qualquer indivíduo de origem e ancestralidade pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional, de acordo com a [Lei n° 6.001](#), de 19 de dezembro de 1973.

Categoria	Subcategoria	Critério de Elegibilidade	ODS	Meta do ODS ⁵⁴
Inclusão de Gênero		Financiamento produtivo para MPMEs lideradas e/ou de propriedade de mulheres, cujo uso de fundos é para capital de giro, compra de estoque ou investimento de capital e ativos fixos.	   	5.5 5.a 8.3 9.3 10.2
		<p>As MPMEs lideradas por mulheres e/ou propriedade de mulheres são definidas como:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Uma pessoa física do sexo feminino, ou 2. Uma pessoa jurídica em que: i) mais de 51% da participação acionária seja de propriedade de mulheres; ou ii) mais de 20% da participação acionária seja de propriedade de mulheres e pelo menos uma mulher ocupe um cargo sênior (por exemplo, CEO/COO/presidente do Conselho de Administração/administrador exclusivo) e tem mais de 30% do conselho de administração composto por mulheres (quando houver um conselho). 		
Segurança Alimentar		Financiamento de créditos para agricultores rurais familiares ⁷⁵ com o objetivo de autoconsumo, desenvolvimento de tecnologias ou técnicas agrícolas sustentáveis adaptadas às condições semiáridas, produção de alimentos saudáveis, estimular a geração de renda e/ou melhorar o aproveitamento da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades agropecuárias, mecanização agrícola, e atividades não agrícolas no meio rural.	 	2.1 2.3 15.1

75 Em conformidade com o Manual de Crédito Rural são beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da “Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)” ativa ou “Cadastro da Agricultura Familiar (CAF-Pronaf)” válido, observando o que segue:

- a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas;
- b) residam no estabelecimento ou em local próximo;
- c) não detenham área superior a 4 (quatro) módulos fiscais;
- d) no mínimo, 50% da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;
- f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$500.000,00.

A lista de linhas PRONAF financiadas por BNB está disponível online [aqui](#).

Categoria	Subcategoria	Critério de Elegibilidade	ODS	Meta do ODS ⁵⁴
Turismo Sustentável	Financiamento de projetos que promovam o ecoturismo ⁷⁶ por meio da preservação do patrimônio ambiental e cultural ⁷⁷ . O apoio a projetos de ecoturismo deve ter uma das seguintes certificações: 1. Certificação <i>Preferred-by-Nature</i> 2. Certificação de hotel/acomodação sustentável do <i>Global Sustainable Tourism Council</i> (GSTC) 3. Certificação de Operadora de Turismo do GSTC 4. Certificação de Turismo Sustentável		12.b	

2.2 Processo de Avaliação e Seleção de Créditos

2.2.1 Avaliação e Seleção de Créditos

O processo de avaliação e seleção dos créditos elegíveis será integrado no ciclo de crédito atual do BNB.

Durante a análise inicial do crédito, os gestores dos produtos verificarão os critérios de elegibilidade estabelecidos no Framework para determinar se o crédito se enquadra nas categorias definidas e classificar o crédito como potencialmente elegível. Nesse momento, será solicitado ao cliente informações necessárias para mensurar os indicadores de impacto associados.

O Comitê de Concessão e Administração de Crédito (COMAC - Concessão e Administração) do BNB é formado por superintendentes de diversas áreas da Direção Geral, incluindo o Superintendente de Operações Financeiras e de Mercado de Capitais e o Superintendente de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, como membros permanentes, além de um dos seguintes superintendentes, que devem participar das reuniões referentes a propostas de sua respectiva área de atuação: Superintendente de Agronegócios e Microfinança Rural; Superintendente de Negócios com Empresas e Governos; Superintendente de Microfinança Urbana e Microempresas; Superintendente de Administração e Recuperação de Crédito; Superintendente de Supervisão da Rede de Agências. O grupo terá a decisão final para definir se um crédito pode ser considerado elegível para a inclusão em uma captação ou emissão sustentável.

76 [Ecoturismo](#) entendido como um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, promove e contribui para sua conservação.

77 [Patrimônio cultural](#) definido como os bens de natureza tangível e intangível, considerados individualmente ou em seu conjunto, referentes à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira.

O COMAC se reúne diariamente, caso existam matérias para apreciação, com, no mínimo, três de seus integrantes, e tem como função deliberar, com base nas informações registradas nas propostas submetidas à sua apreciação, quando estas forem de sua alçada e pronunciar-se, com base nas informações registradas nas propostas submetidas à sua apreciação, quando estas forem de alçada de instância superior, encaminhando-as para deliberação daqueles colegiados.

Quando houver uma transação sustentável, os créditos financiados no contexto desta estrutura serão analisados de acordo com:

- O enquadramento com os objetivos de financiamento sustentável do BNB,
- O alinhamento com os critérios de elegibilidade,
- A disponibilidade das informações necessárias para reportar os indicadores de impacto.

Além disso, o COMAC irá confirmar que as atividades financiadas não formam parte dos critérios de exclusão descritos na seção “Critérios de Exclusão”, e seguem a análise de risco social, ambiental e climática.

Para garantir a rastreabilidade das decisões tomadas, será elaborada a ata de cada reunião.

Em caso de qualquer mudança material ou controvérsia relacionada com temas ASG com um dos créditos incluídos numa captação ou emissão sustentável, o COMAC se reunirá e o substituirá por um crédito elegível dentro de um período máximo de três meses. Esses casos serão comunicados dentro do relatório anual (ver seção 2.4).

A intenção do BNB é seguir as melhores práticas do mercado, portanto a Superintendência de Políticas de Desenvolvimento Sustentável será responsável por decidir em que ocasiões será considerado necessário realizar uma atualização do Framework, por exemplo para adicionar uma categoria elegível nova ou se houver mudanças nas taxonomias/regulações relacionadas com o mercado de financiamento sustentável no Brasil.

2.2.2 Gerenciamento de Risco Social, Ambiental e Climático

O BNB realiza o gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos (RSAC) no âmbito da área de Gestão de Risco Operacional, no Ambiente de Gestão de Riscos. Os seus princípios e diretrizes são definidos pela Política Corporativa de Gestão de Riscos⁷⁸ e a Declaração de Apetite por Riscos (RAS) visando identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os riscos continuamente seguindo a legislação vigente. O objetivo principal da gestão dos riscos é mensurar os impactos reais e potenciais de produtos e serviços e alinhar com a estratégia da instituição e com as políticas de desenvolvimento sustentável. A avaliação do gerenciamento de riscos abrange de forma integrada todas as atividades do banco, incluindo a revisão e adequação contínua dos sistemas de avaliação. Além disso, o

78 BNB (2022). *Política Corporativa de Gestão de Riscos*. Disponível online [aqui](#).

BNB possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)⁷⁹ que deve ser seguida por toda a instituição nas atividades, negócios, processos e nas relações com clientes, fornecedores e investidores.

A Gestão de Risco Operacional atualmente é composta por uma equipe com um gerente executivo, quatro gerentes de produtos e serviços e um analista de risco e segurança corporativa. Mensalmente é enviado à Diretoria Executiva e ao Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital o resultado do monitoramento e da Declaração de Apetite por Riscos – RAS. A estrutura de gestão integrada compreende as diretrizes da Diretoria de Controle e Risco, onde está a Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos, *Compliance* e Segurança e o Ambiente de Gestão de Riscos. O Ambiente de Gestão de Riscos também faz a avaliação contínua. Os relatórios são enviados a cada três meses ao Conselho de Administração. Ao Conselho de Administração cabe a definição de apetite a risco, além de revisar a PRSAC, de assegurar a aderência do banco à PRSAC e às ações, estabelecer a organização e as atribuições do Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital, garantir que o RAS seja considerado e assegurar o monitoramento dos riscos sociais, ambientais e climáticos⁸⁰. Ao Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital cabe avaliar e acompanhar o desenvolvimento sustentável e a efetividade das ações previstas na PRSAC. No âmbito do RSAC, para as operações de crédito são avaliados aspectos relacionados com o licenciamento ambiental, como outorga de uso de água e de embargos ambientais, existência de Cadastro Ambiental Rural (CAR), além da verificação dos registros cadastrais e regularidades vigentes.

Além dos aspectos acima, o rating dos clientes de grande porte considera aspectos de gestão RSAC, com avaliação realizada, no mínimo, anualmente.

A avaliação dos clientes é realizada com base no modelo fundamentalista de análise de risco. Essa avaliação também é aplicada nas operações de clientes vinculados ao Poder Público. Para essa análise, quando os clientes são de grande porte o risco é mensurado considerando fatores internos e externos, pontuais, o histórico do cliente, a capacidade de administração do negócio e de sucessão, experiência e sucesso da empresa, o quadro funcional, o setor econômico, a necessidade de assessoria/consultoria técnica, impactos ambientais, abertura para criação de novos produtos e serviços em termos de adaptabilidade, a responsabilidade social, a situação econômico-financeira, a natureza da operação de crédito, a finalidade, o valor e os prazos.

No caso de clientes classificados como fundamentalistas, a análise é realizada por analistas do Escritório de Análise de Crédito, unidade subordinada à Superintendência de Concessão de Crédito e Diretoria Financeira e de Crédito, respectivamente. Essa análise considera informações disponíveis também em acesso público, além dos dados fornecidos pelo cliente, como relatórios de mercado e notícias e utiliza ferramentas de classificação de risco do cliente.

79 A PRSAC do BNB foi publicada em 2022, seguindo a Resolução CMN nº 4.945/2021. Disponível online [aqui](#).

80 (BNB, 2023). *Manual de Procedimentos - Gestão dos Riscos Social Ambiental e Climático - Versão 21/03/2023*.

2.2.3 Critérios de Exclusão

Atualmente o BNB possui uma relação dos setores econômicos sujeitos a restrições nos negócios realizados pelo Banco em decorrência de aspectos de natureza social, ambiental ou climática.⁸¹ Nesse caso, existe um controle de informações cadastrais nos quais são aplicadas restrições que variam entre restrições gravíssimas, restrições graves, restrições leves, alertas e ocorrências. As restrições gravíssimas são as que impedem a realização do cadastro no banco e há outras restrições que impedem os clientes de realizarem determinadas operações, como a criação de uma conta poupança. Além disso, diariamente é realizada a consulta no sistema público⁸² da lista de combate ao trabalho escravo em que é feita a verificação do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo e comparado com a base de dados de clientes, verificando tanto o nome das empresas quanto das pessoas da direção da empresa envolvidas. Nesses casos em que o nome é identificado na lista, o cliente fica impedido⁸³ de contratar novos negócios e dar seguimento aos negócios em andamento.

Além disso, por meio do Manual de Salvaguardas do BNB (normativo 1017-02-02), são definidas medidas, políticas e diretrizes para garantir que os projetos sejam conduzidos de forma socioambientalmente responsável, e constam algumas outras restrições adicionais para concessão do financiamento (ver o **Anexo 2: Manual de Salvaguardas do BNB**).

São excluídos de serem financiados por um instrumento sustentável (1) qualquer crédito para empreendimentos que conste na relação de setores econômicos com restrições, (2) os créditos identificados como alto risco seguindo a análise socioambiental do BNB, e (3) qualquer crédito com atividade incluída na Lista de Exclusão do BID.⁸⁴

2.3 Gestão dos Recursos

O BNB irá estabelecer uma subconta específica que receberá os recursos líquidos dos recursos captados/emitidos. A gestão dos recursos será administrada pela tesouraria do Banco do Nordeste, enquanto não houver desembolso para o projeto/cliente financiado e, após o desembolso, administração de crédito/controle financeiro.

Os recursos das captações/emissões sustentáveis serão usados exclusivamente para financiar novos ou refinanciar créditos ambientais e / ou sociais elegíveis existentes, conforme definido no Framework.

O BNB compromete-se a alocar os recursos dentro de 24 meses a contar a partir da emissão/captação dos recursos.

Os recursos não alocados serão investidos em títulos ou investimentos líquidos, de curto

81 O download da lista pode ser feito [aqui](#).

82 Ministério do Trabalho e Emprego (s.d.). *Lista suja do trabalho escravo*. Disponível online [aqui](#), com restrições de acesso.

83 BNB (2022). *Política Corporativa de Gestão de Riscos*. Disponível online [aqui](#).

84 IDB (2020). *Environmental and Social Policy Framework*. P. 19. Disponível online [aqui](#).

prazo e de alta classificação de crédito até que sejam alocados a créditos ambientais e/ou sociais elegíveis.

No caso de controvérsia ASG, desinvestimentos ou reembolsos, os recursos líquidos resultantes serão aplicados em novos créditos selecionados no prazo máximo de três meses. Esses eventos serão comunicados aos investidores no Relatório Anual de Financiamento Sustentável.

O BNB acompanhará o uso dos recursos e fará a atualização periódica do saldo disponível atribuído aos créditos ambientais e / ou sociais elegíveis até a maturidade do instrumento. A alocação dos recursos será verificada externamente anualmente até a alocação total dos recursos, e será relatada no Relatório Anual de Financiamento Sustentável.

2.4 Relatório

O BNB irá elaborar o Relatório Anual de Financiamento Sustentável nos primeiros 12 meses da emissão/empréstimo e anualmente até o vencimento/reembolso do título/captação. Em caso de questões ou controvérsias ASG, o BNB fornecerá um aviso aos investidores em tempo hábil (dentro de 2 - 3 meses).

O Ambiente de Políticas de Desenvolvimento Sustentável irá desenvolver o relatório com o apoio do ETENE e dos ambientes de Mercado de Capitais e de Concessão de Crédito. O Comitê gestor da Superintendência de Políticas de Desenvolvimento Sustentável será o responsável pela aprovação final de cada relatório. No caso de uma emissão/captação de títulos/recursos, o Relatório Anual de Financiamento Sustentável será apresentado e estará disponível no website do BNB. No caso de um empréstimo, o relatório será fornecido aos investidores e poderá também ser divulgado no website dependendo da transação.

O relatório irá incluir a descrição da alocação e do impacto do uso dos recursos, como será descrito nas próximas seções.

2.4.1 Alocação dos Recursos

A seção de alocação de recursos do Relatório Anual de Financiamento Sustentável incluirá detalhes sobre cada operação financiada pelo instrumento sustentável, incluindo uma lista dos projetos/créditos ambientais e/ou sociais financiados ou refinanciados, incluindo uma breve descrição e o valor alocado.

Na tabela a seguir se apresentam os indicadores de alocação apresentados no relatório.

Tabela 3. Indicadores de Alocação

Indicador	Unidade
Número de operações sustentáveis	Operações
Desembolso por categoria sustentável elegível	R\$
Percentual de recursos alocados em refinanciamento	%
Saldo remanescente dos recursos não alocados no final do período de relatório	R\$

2.4.2 Impacto dos Recursos

Dentro da seção de impacto dos recursos, serão apresentados os indicadores de resultado e impacto dos créditos e/ou projetos financiados de forma agregada por categoria. Os indicadores selecionados baseiam-se no manual da ICMA para Relatórios de Impacto para Títulos Verdes⁸⁵ e Sociais⁸⁶.

Dependendo do caso, será utilizado um ou mais indicadores de resultado ou impacto por categoria elegível. A metodologia do relatório e as premissas usadas para relatar os indicadores de impacto serão divulgadas no relatório anual. Alguns estudos de caso de projetos específicos podem ser incluídos nesta seção para ilustrar os resultados positivos do projeto. Exemplos da metodologia de cálculo de cada indicador se apresentam no **Anexo 3: Metodologia de cálculo**.

Os indicadores se apresentam a seguir.

Tabela 4. Indicadores de Resultado e Impacto Ambientais

Tipo de Indicador	Indicador	Unidade
Agricultura sustentável		
Resultado	Área com práticas agrícolas sustentáveis	ha
	Geração anual de energia a partir de dejetos animais	kWh
	Capacidade instalada do sistema	KW
	Quantidade de empresas financiadas com certificações sustentáveis	# por tipo de certificação
	Área com irrigação eficiente	ha
Impacto	Emissões de GEE evitadas	tCO ₂ e / ano
	GEE estocado	tCO ₂ e
	Redução do consumo de água	m ³
Conservação da Biodiversidade Terrestre e Aquática		
Resultado	Hectares de terra recuperada	ha
Impacto	GEE estocado	tCO ₂ e
Energia Renovável		
Resultado	Geração anual de energia renovável	MWh
	Capacidade instalada de energia renovável	MW
Impacto	Emissões de GEE evitadas	tCO ₂ e / ano

85 ICMA (2022). *Harmonised Framework for Impact Reporting for Green Bonds*. Disponível online [aqui](#).

86 ICMA (2022). *Harmonised Framework for Impact Reporting for Social Bonds*. Disponível online [aqui](#).

Tipo de Indicador	Indicador	Unidade
Eficiência Energética		
Resultado	Poupança de energia	kWh
	Número de equipamentos novos adquiridos	#
	Número de novos equipamentos de iluminação pública adquiridos	#
Impacto	Emissões de GEE evitadas	tCO ₂ e / ano
Indústria Verde		
Resultado	Número de empresas industriais financiadas que utilizam como fonte de energia somente energia renovável (eólica, solar, hidrogênio verde) anualmente	#
	Número de empresas de bioeconomia financiadas anualmente	#
	Área de caatinga conservada	ha
Impacto	Emissões de GEE evitadas	tCO ₂ e / ano
Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Saneamento		
Resultado	Km de rede de distribuição construída/melhorada anualmente	km
	Km de rede de esgoto construída/melhorada anualmente	km
	Estações de tratamento de água construídas/melhoradas anualmente	#
	Estações de tratamento de esgoto construídas/melhoradas anualmente	#
	Km de rede de captação de águas pluviais construída/melhorada anualmente	#
	Volume de água potável disponibilizada anualmente	m ³ /ano
	Volume de águas residuais tratadas anualmente	m ³ /ano
	Toneladas de materiais reciclados/compostados	toneladas
	Geração anual de energia a partir de resíduos	MWh
	Capacidade instalada	MW
	Toneladas de resíduos que deixaram de ser tratadas de forma inadequada	toneladas
Impacto	Número de pessoas beneficiadas por um serviço de abastecimento de água potável anualmente	#
	Número de pessoas beneficiadas por um serviço de saneamento em zonas com elevada prevalência de doenças diarreicas anualmente	#
	Redução de perdas de água	%
	Emissões de poluentes evitadas anualmente	tCO ₂ e / ano

Tipo de Indicador	Indicador	Unidade
Transporte Limpo		
Resultado	Número de veículos elétricos financiados	#
	Linhas de metrô/trem/VLT/teleférico construídas, ampliadas e/ou melhoradas anualmente	km
	Quilômetros de ciclovias construídas/requalificadas	km
Impacto	Emissões de GEE evitadas	tCO ₂ e / ano

Tabela 5. Indicadores de Resultado e Impacto Sociais

Tipo de Indicador	Indicador	Unidade
Acesso a Serviços Essenciais		
Resultado	Número de escolas/instituições de ensino apoiadas	#
	Número de entidades de saúde beneficiadas	#
Impacto	Número de alunos beneficiados	#
	Número de pacientes atendidos	#
	Ampliação de leitos hospitalares oferecidos pelo SUS anualmente	#

Tipo de Indicador	Indicador	Unidade
Inclusão Financeira		
Resultado	Número de créditos produtivos desembolsados anualmente para cada público-alvo (Pessoa física, Pessoa física com baixa escolaridade, Pessoa física em municípios vulneráveis, Pessoa física – jovens em municípios vulneráveis, Pessoa física – idosos em municípios vulneráveis, Pessoa física indígena, Pessoa física afrodescendente/quilombola)	#
	Desembolso total para cada público-alvo (Pessoa física, Pessoa física com baixa escolaridade, Pessoa física em municípios vulneráveis, Pessoa física – jovens em municípios vulneráveis, Pessoa física – idosos em municípios vulneráveis, Pessoa física indígena, Pessoa física afrodescendente/quilombola)	R\$
	Pessoas físicas com atividade produtiva apoiadas anualmente	#
	Número de créditos desembolsados anualmente para cada público-alvo (MEI, micro e pequenas empresas, Médias empresas propriedade de: pessoas de baixa escolaridade, jovens em municípios vulneráveis, idosos em municípios vulneráveis, indígenas, afrodescendente/quilombola)	#
	Desembolso total para cada público-alvo (MEI, micro e pequenas empresas, Médias empresas propriedade de: pessoas de baixa escolaridade, jovens em municípios vulneráveis, idosos em municípios vulneráveis, indígenas, afrodescendente/quilombola)	R\$
	MEI, micro, pequenas e médias empresas elegíveis apoiadas anualmente	#
Impacto	Empreendimentos mantidos ou criados anualmente	#
	Número de postos de trabalho criados ou conservados	#
Inclusão de Gênero		
Resultado	Número de créditos desembolsados anualmente para cada público-alvo (mulheres com atividade produtiva, MEI, micro, pequenas e médias empresas propriedade de mulheres)	#
	Desembolso total para cada público-alvo (mulheres com atividade produtiva, MEI, micro, pequenas e médias empresas propriedade de mulheres)	R\$
	Mulheres com atividade produtiva, MEI, micro, pequenas e médias empresas apoiadas anualmente	#
Impacto	Empreendimentos mantidos ou criados anualmente	#
	Número de postos de trabalho criados ou conservados	#

Tipo de Indicador	Indicador	Unidade
Segurança Alimentar		
Resultado	Agricultores familiares apoiados anualmente	#
	Área com práticas agrícolas adaptadas às condições semi-áridas	#
	Produção de alimentos gerado pelos projetos apoiados anualmente	toneladas
Impacto	Atividade produtiva mantida anualmente	#
	Clientes que migraram do Grupo B do PRONAF para os demais grupos PRONAF no ano	#
Turismo Sustentável		
Resultado	Número de estabelecimentos de turismo financiados	#
Impacto	Número de postos de trabalho criados ou conservados	#

2.5 Avaliação externa

Na etapa prévia à primeira emissão ou captação de fundos, o Framework será sujeito a uma Opinião de Segunda Parte (SPO) a ser emitida por uma verificadora externa reconhecida. O Framework e o SPO serão publicados na página web do BNB.

Além disso, a alocação e impacto dos recursos serão verificados por um terceiro independente anualmente até a alocação total do instrumento e relatada no Relatório Anual de Financiamento Sustentável.

Anexo 1: ODS

A tabela a seguir apresenta as metas associadas aos ODS vinculados às categorias elegíveis estabelecidas no *Framework*.

Tabela 6. ODS Vinculados ao Framework do BNB

ODS	Metas específicas apoiadas por projetos elegíveis	Categorias Elegíveis
 <p>1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA</p>	<p>1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.</p>	Inclusão Financeira
 <p>2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL</p>	<p>2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.</p> <p>2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.</p> <p>2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes.</p>	<p>Agricultura Sustentável</p> <p>Inclusão Financeira</p> <p>Segurança Alimentar</p>
 <p>3 SAÚDE E BEM-ESTAR</p>	<p>3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.</p>	Acesso a Serviços Essenciais
 <p>4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p>	<p>4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.</p> <p>4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.</p>	Acesso a Serviços Essenciais

ODS	Metas específicas apoiadas por projetos elegíveis	Categorias Elegíveis
	<p>5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança.</p> <p>5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.</p>	<p>Inclusão de Gênero</p>
	<p>6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.</p> <p>6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.</p> <p>6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.</p>	<p>Agricultura Sustentável</p> <p>Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Saneamento</p>
	<p>7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.</p> <p>7.3 Dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.</p> <p>7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento.</p>	<p>Energia Renovável</p> <p>Eficiência Energética</p> <p>Indústria Verde</p>
	<p>8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.</p> <p>8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.</p> <p>8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.</p> <p>8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT].</p>	<p>Inclusão Financeira</p> <p>Inclusão de Gênero</p>

ODS	Metas específicas apoiadas por projetos elegíveis	Categorias Elegíveis
 <p>9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</p>	<p>9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.</p> <p>9.4 Modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis.</p>	<p>Energia Renovável</p> <p>Eficiência Energética</p> <p>Inclusão Financeira</p> <p>Inclusão de Gênero</p> <p>Indústria Verde</p>
 <p>10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</p>	<p>10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.</p>	<p>Inclusão Financeira</p> <p>Inclusão de Gênero</p>
 <p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p>	<p>11.2 Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos.</p> <p>11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, incluindo prestar especial atenção à qualidade do ar, à gestão de resíduos municipais e de outros resíduos.</p>	<p>Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Saneamento</p> <p>Transporte Limpo</p>
 <p>12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</p>	<p>12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização</p> <p>12.b Implementação de ferramentas standardizadas de contabilidade para monitorizar os aspetos económicos e ambientais da sustentabilidade do turismo.</p>	<p>Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Saneamento</p> <p>Turismo Sustentável</p>
 <p>13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</p>	<p>13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.</p>	<p>Agricultura Sustentável</p> <p>Conservação da biodiversidade terrestre e aquática</p>
 <p>15 VIDA TERRESTRE</p>	<p>15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.</p> <p>15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.</p> <p>15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações</p> <p>15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas</p>	<p>Agricultura sustentável</p> <p>Conservação da biodiversidade terrestre e aquática</p> <p>Indústria Verde</p> <p>Segurança Alimentar</p>

Anexo 2: Manual de Salvaguardas do BNB

O processo de avaliação dos riscos também é abordado pelo **Manual de Salvaguardas do BNB (normativo 1017-02-02)**, que está relacionado ao Manual Básico Socioambiental. Esse manual estabelece medidas, políticas e diretrizes que o banco deverá adotar para assegurar que os projetos financiados sejam conduzidos de maneira ambiental e socialmente responsável. Além disso, o documento define critérios condicionais para a contratação dos financiamentos, alguns dos quais, relativos ao escopo da análise em questão, são mencionados a seguir:

- Comprovação de licenciamento ambiental;
- Comprovação da inexistência de prática de atos que importem em discriminação de qualquer natureza, trabalho infantil ou trabalho escravo, ou que caracterizem assédio moral ou sexual, proveito criminoso da prostituição ou que importem em danos ao meio ambiente;
- Comprovação de medidas socioambientais, incluindo a possibilidade de investimentos voltados para os seguintes objetivos, como atendimento das condicionantes ao licenciamento ambiental, controle da degradação ambiental e melhoria da qualidade do meio ambiente;
- Análise de questões relacionadas às áreas protegidas e ao respeito a comunidades indígenas, quilombolas e populações tradicionais;
- Licenciamento pelo órgão competente, com aprovação prévia do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) para financiamento à exploração de florestas nativas e formações sucessoras;
- Restrições específicas para financiamento a projetos que tenham relação com florestas nativas e formações sucessoras;
- O financiamento de atividades e projetos que envolvam o emprego de fogo mediante queima controlada requer autorização do órgão ambiental competente;
- Proibição do financiamento da produção intencional de poluentes orgânicos persistentes (POPs) previstos na Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes;
- Condicionamento do financiamento de atividades consideradas de alto poder degradador ou poluidor nas áreas rurais dos núcleos de desertificação estabelecidos pelo Governo Federal à adoção de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais relevantes, conforme definidas no processo de licenciamento.

Anexo 3: Metodologia de cálculo dos indicadores

A seguir se apresenta um exemplo da metodologia de cálculo dos indicadores ambientais e sociais.

Tabela 8. Metodologia de Cálculo dos Indicadores Ambientais

Tipo de Indicador	Indicador	Metodologia
Agricultura sustentável		
Resultado	Área com práticas agrícolas sustentáveis	Hectares com práticas agrícolas sustentáveis financiadas anualmente
	Geração anual de energia a partir de dejetos animais	KWh de energia gerada por ano no projeto
	Capacidade instalada do sistema	KW de capacidade de geração de energia instalada no projeto
	Quantidade de empresas financiadas com certificações sustentáveis	Quantidade de empresas com uma certificação elegível financiada anualmente por tipo de certificação
	Área com irrigação eficiente	Hectares com sistemas de irrigação eficientes financiadas anualmente
Impacto	Emissões de GEE evitadas	(Fator de emissão médio da matriz energética brasileira (em tCO ₂ e/kWh) – Fator de emissão da fonte de energia renovável (em tCO ₂ e/kWh)) * kWh de geração de energia renovável anual
	GEE estocado	Hectares de vegetação preservada * potencial de sequestro de CO ₂ da área
	Redução do consumo de água	Consumo de água (em m ³) antes da implementação do sistema de rega – Consumo de água anual (em m ³) depois da implementação
Conservação da Biodiversidade Terrestre e Aquática		
Resultado	Hectares de terra recuperada	Hectares de terra recuperada, vegetação florestada, restaurada ou reflorestada anualmente
Impacto	GEE estocado	Hectares de vegetação florestadas, restaurada, reflorestada ou preservada * potencial de sequestro de CO ₂ da área
Energia Renovável		
Resultado	Geração anual de energia renovável	MWh gerada pelo projeto anualmente
	Capacidade instalada de energia renovável	MW da capacidade instalada do projeto anualmente
Impacto	Emissões de GEE evitadas	(Fator de emissão médio da matriz energética brasileira (em tCO ₂ e/MWh) – Fator de emissão da fonte de energia renovável (em tCO ₂ e/MWh)) * MWh de geração de energia renovável anual

Tipo de Indicador	Indicador	Metodologia
Eficiência Energética		
Resultado	Poupança de energia	Linha base - kWh anuais consumidos do equipamento novo
	Número de equipamentos novos adquiridos	Quantidade de equipamentos novos adquiridos anualmente
	Número de novos equipamentos de iluminação pública adquiridos	Quantidade de equipamentos novos adquiridos anualmente
Impacto	Emissões de GEE evitadas	(Linha base - kWh anuais consumidos do equipamento novo) * fator de emissão médio da matriz energética brasileira
Indústria Verde		
Resultado	Número de empresas industriais financiadas que utilizam como fonte de energia somente energia renovável (eólica, solar, hidrogênio verde) anualmente	Quantidade de empresas financiadas utilizando energias renovável por ano
	Número de empresas de bioeconomia financiadas anualmente	Quantidade de empresas de bioeconomia financiadas por ano
	Área de caatinga conservada	Hectares da caatinga conservada anualmente
Impacto	Emissões de GEE evitadas	(Fator de emissão médio da matriz energética brasileira (em tCO ₂ e/MWh) – Fator de emissão da fonte de energia renovável (em tCO ₂ e/MWh)) * MWh de geração de energia renovável anual

Tipo de Indicador	Indicador	Metodologia
Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Saneamento		
Resultado	Km de rede de distribuição construída/melhorada anualmente	Número de km de rede de distribuição de água construídos ou melhorados por ano
	Km de rede de esgoto construída/melhorada anualmente	Número de km de rede de esgoto construídos ou melhorados por ano
	Estações de tratamento de água construídas/melhoradas anualmente	Número de estações de tratamento construídas ou melhoradas por ano
	Estações de tratamento de esgoto construídas/melhoradas anualmente	Número de estações de esgoto construídas ou melhoradas por ano
	Km de rede de captação de águas pluviais construída/melhorada anualmente	Número de km de rede de captação de água construídos ou melhorados por ano
	Volume de água potável disponibilizada anualmente	Volume anual em m ³ de tratamento de água potável depois da implementação do projeto – Volume anual em m ³ de tratamento de água potável antes da implementação do projeto
	Volume de águas residuais tratadas anualmente	Volume anual em m ³ de tratamento de águas residuais depois da implementação do projeto – Volume anual em m ³ de tratamento de águas residuais antes da implementação do projeto
	Toneladas de materiais reciclados/compostados	Quantidade anual em toneladas de resíduos reciclados/compostados
	Geração anual de energia a partir de resíduos	MWh de energia gerada por ano no projeto
	Capacidade instalada	MW de capacidade de geração de energia instalada no projeto
	Toneladas de resíduos que deixaram de ser tratadas de forma inadequada	Quantidade em toneladas de resíduos que deixaram de ser tratadas de forma inadequada por causa do encerramento dos aterros
Impacto	Número de pessoas beneficiadas por um serviço de abastecimento de água potável anualmente	Número de pessoas beneficiadas por um serviço de abastecimento de água potável por ano
	Número de pessoas beneficiadas por um serviço de saneamento em zonas com elevada prevalência de doenças diarreicas anualmente	Número de pessoas beneficiadas por um serviço de saneamento em zonas com elevada prevalência de doenças diarreicas por ano
	Redução de perdas de água	Linha base (média anual das perdas de água antes da implementação de projeto em %) – Média anual das perdas de água depois da implementação do projeto em %
	Emissões de poluentes evitadas anualmente	Emissões associadas com os aterros antes da implementação do projeto - emissões depois da implementação do projeto

Tipo de Indicador	Indicador	Metodologia
Transporte Limpo		
Resultado	Número de veículos elétricos financiados	Quantidade anual de veículos elétricos financiados anualmente
	Linhas de metrô/trem/VLT/teleférico construídas, ampliadas e/ou melhoradas anualmente	Cumprimento, em quilômetros, das linhas construídas, ampliadas e/ou modernizadas anualmente
	Quilômetros de ciclovias construídas/requalificadas	Quantidade em km de ciclovias construídas ou requalificadas anualmente
Impacto	Emissões de GEE evitadas	(Fator de emissão médio de um veículo de combustível – (Fator de emissão médio da matriz energética brasileira * kWh médio consumidos de um carro elétrico)) * número de veículos financiados no ano

Tabela 9. Metodologia de Cálculo dos Indicadores Sociais

Tipo de Indicador	Indicador	Metodologia
Acesso a serviços essenciais		
Resultado	Número de escolas/instituições de ensino apoiadas	Quantidade de escolas/instituições apoiadas por ano
	Número de entidades de saúde beneficiadas	Quantidade de entidades de saúde beneficiadas anualmente
Impacto	Número de alunos beneficiados	Quantidade de alunos atendidos por ano pelas instituições beneficiadas
	Número de pacientes atendidos	Quantidade de pacientes atendidos por ano pela entidade de saúde financiada
	Ampliação de leitos hospitalares oferecidos pelo SUS anualmente	Número de leitos oferecidos pelo SUS um ano depois da aprovação do crédito - número de leitos oferecidos pelo SUS na aprovação do crédito

Tipo de Indicador	Indicador	Metodologia
Inclusão Financeira		
Resultado	Número de créditos produtivos desembolsados anualmente para cada público-alvo (Pessoa física, Pessoa física com baixa escolaridade, Pessoa física em municípios vulneráveis, Pessoa física – jovens em municípios vulneráveis, Pessoa física – idosos em municípios vulneráveis, Pessoa física indígena, Pessoa física afrodescendente/quilombola)	Quantidade de créditos produtivos desembolsados anualmente, discriminados por tipo de crédito
	Desembolso total para cada público-alvo (Pessoa física, Pessoa física com baixa escolaridade, Pessoa física em municípios vulneráveis, Pessoa física – jovens em municípios vulneráveis, Pessoa física – idosos em municípios vulneráveis, Pessoa física indígena, Pessoa física afrodescendente/quilombola)	Montante médio de empréstimos produtivos desembolsados no ano discriminados por tipo de crédito
	Pessoas físicas com atividade produtiva apoiadas anualmente	Número de pessoas físicas com atividade produtiva beneficiadas no ano
	Número de créditos desembolsados anualmente para cada público-alvo (MEI, micro e pequenas empresas, Médias empresas propriedade de: pessoas de baixa escolaridade, jovens em municípios vulneráveis, idosos em municípios vulneráveis, indígenas, afrodescendente/quilombola)	Quantidade de créditos produtivos desembolsados anualmente, discriminados por tipo de crédito
	Desembolso total para cada público-alvo (MEI, micro e pequenas empresas, Médias empresas propriedade de: pessoas de baixa escolaridade, jovens em municípios vulneráveis, idosos em municípios vulneráveis, indígenas, afrodescendente/quilombola)	Montante médio de empréstimos produtivos desembolsados no ano discriminados por tipo de crédito
	MEI, micro, pequenas e médias empresas elegíveis apoiadas anualmente	Número de MEI, micro, pequenas e médias empresas elegíveis beneficiadas no ano

Tipo de Indicador	Indicador	Metodologia
Impacto	Empreendimentos mantidos ou criados anualmente	Quantidade de empreendimentos mantidas no ano
	Número de postos de trabalho criados ou conservados	Número de postos de trabalho depois de um ano da aprovação – número de postos de trabalho na aprovação (análise feita a nível carteira)
Inclusão de Gênero		
Resultado	Número de créditos desembolsados anualmente para cada público-alvo (mulheres com atividade produtiva, MEI, micro, pequenas e médias empresas propriedade de mulheres)	Quantidade de créditos produtivos desembolsados anualmente, discriminados por tipo de crédito
	Desembolso total para cada público-alvo (mulheres com atividade produtiva, MEI, micro, pequenas e médias empresas propriedade de mulheres)	Montante médio de empréstimos produtivos desembolsados no ano discriminados por tipo de crédito
	Mulheres com atividade produtiva, MEI, micro, pequenas e médias empresas apoiadas anualmente	Número de mulheres com atividade produtiva, MEI, micro, pequenas e médias beneficiadas no ano
Impacto	Empreendimentos mantidos ou criados anualmente	Quantidade de atividades produtivas mantidas no ano
	Número de postos de trabalho criados ou conservados	Número de postos de trabalho depois de um ano da aprovação do crédito – número de postos de trabalho na aprovação do crédito
Segurança Alimentar		
Resultado	Agricultores familiares apoiados anualmente	Número de agricultores familiares beneficiados no ano
	Área com práticas agrícolas adaptadas às condições semiáridas	Hectares com métodos agrícolas adaptados às condições semiáridas anualmente
	Produção de alimentos gerado pelos projetos apoiados anualmente	Quantidade de alimentos produzidos no ano em toneladas
Impacto	Atividade produtiva mantida anualmente	Quantidade de atividades produtivas mantidas no ano
	Clientes que migraram do Grupo B do PRONAF para os demais grupos PRONAF no ano	Número de clientes no Grupo B do PRONAF na concessão do crédito - Número dos clientes no Grupo B do PRONAF no final do ano
Turismo Sustentável		
Resultado	Número de estabelecimentos de turismo financiados	Quantidade de estabelecimentos de turismo financiados
Impacto	Número de postos de trabalho criados ou conservados	Número de postos de trabalho depois de um ano da aprovação – número de postos de trabalho na aprovação (análise feita a nível carteira)



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO